



DINÂMICA DA NUPCIALIDADE, GÊNERO E TRABALHO FEMININO

Marcos Fernandes Brum da Silva¹
Aída C. G. Verdugo Lazo²

O objetivo deste artigo é articular as relações entre trabalho feminino, gênero e nupcialidade. Apesar da escassez de dados nos Censos e PNADs que tratam com pouca profundidade o tema (LAZO, 2002), utilizamos os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 1996 e 2006, cujo escopo delimita-se às mulheres de 15 a 49 anos, ou seja, em idade reprodutiva segundo as definições da demografia. Além deste recorte de idade e sexo dado pela PNDS, interessa-nos neste estudo restringir o universo de mulheres somente àquelas que estavam trabalhando ou já haviam trabalhado, considerando que as transformações da identidade feminina no âmbito da família estão bastante atreladas à questão do trabalho feminino. As mudanças no perfil das mulheres no mercado de trabalho, ocorridas de meados 1970 até hoje, refletem em parte as transformações nas relações de gênero durante este período, resultando na passagem de um perfil de trabalhadora predominantemente jovem e solteira para o de mulheres mais velhas, casadas e mães. (BRUSCHINI, 2007; LOMBARDI e BRUSCHINI, 2001; RIOS-NETO e WAJNMAN, 2000; TRONCOSO, 2004).

As discussões sobre a associação entre gênero e mudança nas famílias suscitam diversos tipos de estudos, uns afirmando que as mudanças no interior da família estão atreladas às questões de gênero de uma forma mais ampla (BECKER, 1981; PINELLI, 2004), outros considerando a família como o lócus principal das relações de gênero e do enfraquecimento do modelo de família patriarcal (HERTRICH e LOCOH, 2004).

O conceito de família patriarcal é um importante elemento de análise para este artigo na medida em que sua superação paulatina é o indício de maior igualdade de gênero no interior da família. Segundo a definição de Therborn (2006) o patriarcado tem duas dimensões fundamentais – a dominação do pai e a dominação do marido e se refere às relações familiares, de geração (pai) ou conjugais (marido). Em relação à dominação conjugal, observa-se que o homem neste tipo de família tende a exercer controle sobre a esposa, em maior ou menor grau, tanto em relação à sua mobilidade, seu trabalho e em decisões, por exemplo, sobre as compras diárias, a comida a ser preparada, sobre a contracepção e divisão do trabalho doméstico. O enfraquecimento deste modelo

¹ Mestrado. Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE. E-mail: marbrum@gmail.com

² Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE. E-mail: aida.lazo@ibge.gov.br



de organização familiar suscita a discussão de um tema bastante em pauta recentemente: o empoderamento feminino.

De posse destes conceitos, construiremos nossa análise, primeiro, analisando o perfil conjugal das mulheres trabalhadoras em 1996 e 2006, para observar em que medida ele vêm se alterando e o que pode significar em termos de mudança nas relações de gênero. Em seguida analisaremos a questão sobre a decisão do uso do salário auferido pelas mulheres casadas e em união consensual. Na pesquisa da PNDS foi perguntado para as mulheres trabalhadoras “Quem decide o que fazer com o dinheiro que você ganha”, tendo como opções de resposta - ela própria, o cônjuge ou ambos em conjunto. A partir dos resultados dessa pergunta podemos observar de que modo o empoderamento feminino vem aumentando, assim como saber em que medida ainda prevalecem os resquícios de um modelo patriarcal que tende a restringir a autonomia das mulheres nas decisões dentro da esfera familiar.

Características do trabalho da mulher e situação conjugal

O ritmo de inserção das mulheres no mercado de trabalho nas últimas três décadas aumentou significativamente, destacando-se a década de 90 como o período em que esse fenômeno pôde ser verificado com mais intensidade. Um dos fatos que mais chama a atenção é o aumento expressivo da participação no mercado de trabalho das mulheres cônjuges (MONTALI, 1998; SOARES e IZAKI, 2002, BRUSCHINI, 2007). Além deste importante aumento, nota-se um novo fenômeno: o crescimento de mulheres cônjuges como principais provedoras do lar (WAINMAN, 2007). Tantas e tão rápidas foram as transformações em relação à identidade feminina e os novos papéis sociais assumidos por elas, nestes pouco mais de trinta anos, que tiveram como consequência alterações substanciais no âmbito da família, no seu tamanho, nas relações de gênero, entre outros. A dinâmica da nupcialidade também sofreu mudanças, refletindo-se no adiamento dos casamentos para idades mais avançadas, o aumento de uniões consensuais, assim como mais mulheres se separando e divorciando, sem que sobre elas recaísse o peso dos estigmas sociais com a mesma intensidade de outrora. Freire (2005) destaca a relação entre as transformações ocorridas recentemente e as mudanças na dinâmica da nupcialidade, especialmente na escolha pessoal das mulheres, priorizando cada vez mais o trabalho profissional.

[...] a dinâmica da nupcialidade vai estar atrelada às transformações de ordem social e econômica como consequência de uma intensa modernização da sociedade ocidental, fato que estaria levando, particularmente as mulheres, a se inserir cada vez com maior intensidade no mercado de trabalho e aumentar seu nível de



educação formal, dando lugar à formação de um novo paradigma, onde a fecundidade passa a ser prioridade de segunda ordem e aspirações de realização pessoal são incorporadas como prioritárias.³

A afirmação de Freire vai na mesma direção da teoria das preferências de Hakim (2000 apud HAKIM, 2003), constatando que essas transformações resultaram na maior liberdade das mulheres em escolherem o estilo de vida de sua preferência, sem recair sobre elas determinadas “obrigações” como a maternidade, o zelo pelo casamento e o cuidado da casa e dos filhos. Sem dúvida tais fatores influenciaram tanto no trabalho como na nupcialidade como veremos logo a seguir.

O trabalho por situação conjugal

As Estatísticas do Registro Civil e os Censos são as únicas fontes no IBGE que tratam sobre nupcialidade na última década, mas de maneira bastante superficial. Por outro lado as PNDS de 1996 e de 2006 permitem analisar algumas relações entre transformações no âmbito do trabalho e mudanças na dinâmica da nupcialidade, permitindo explorar novos fatores explicativos não contemplados pelas estatísticas oficiais. Brum (2009), utilizando as PNDS de 1996 e 2006, explorou as relações entre os dados relativos à situação conjugal da mulher entre 15 e 49 anos, aprofundando diversos aspectos até então não levantados nos dados oficiais brasileiros que tratam sobre este tema. O presente trabalho retomará essa discussão e aprofundará sua análise do ponto de vista de gênero.

Como podemos ver na Tabela 1, temos o conjunto das mulheres que no momento da pesquisa estavam efetivamente trabalhando, por situação conjugal. Portanto, dentre todas as mulheres de 15 a 49 anos casadas, em 1996 observamos que 50,8% delas estavam ocupadas no período da pesquisa. Esse número quase não se altera em 2006 (51,3%), revelando que o grupo das casadas praticamente mantém seu nível de ocupação. Os demais grupos apresentaram queda na participação e o grupo das mulheres unidas consensualmente manteve-se nos mesmos patamares de aproximadamente 44,5% de mulheres ocupadas. As mulheres divorciadas foram aquelas com maior participação, com mais de 85% delas trabalhando. Em linhas gerais, o número de mulheres ocupadas entre 1996 e 2006 praticamente não se altera nas diferentes situações conjugais.

³ FREIRE, F.H. *et al.* Dinâmica da Nupcialidade: Casamento, Divórcio, Viuvez e Re-casamento no Nordeste. In: *I Encontro sobre Famílias e Políticas Públicas no Brasil*, 2005, Belo Horizonte. Anais do I Encontro sobre Famílias e Políticas Públicas no Brasil. Belo Horizonte : ABEP, 2005.



Tabela 1 – Porcentagem das mulheres que estavam ocupadas por situação conjugal Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996	2006
Casada	50,83	51,30
União Consensual	44,61	44,54
Viúva	68,06	53,85
Divorciada	88,05	85,02
Separada/Desquitada	65,25	57,83
Solteira	48,81	42,75
Total	51,04	48,13

Fonte: PNDS 1996 e 2006. Elaborado a partir dos microdados.

Na Tabela 2 podemos observar os anos de estudo das mulheres que estavam efetivamente trabalhando no período da pesquisa por cada uma das situações conjugais. O primeiro aspecto a ser ressaltado é o evidente aumento de escolaridade de todas as mulheres que estavam trabalhando, independente de seu estado conjugal e a diminuição significativa das mulheres com escolaridades mais baixas. Notamos que entre as trabalhadoras solteiras encontram-se as mulheres com os maiores níveis de escolaridade. Em 1996, 48,3% dessas mulheres tinham mais de 8 anos de estudo, sendo que 11,3% já tinham ultrapassado 11 anos de estudo ou avançado além do 2º grau. A situação melhora ainda mais na década, chegando em 2006 a 76,4% as mulheres solteiras que estavam trabalhando com mais de 8 anos de estudo e 27,7% já estavam com 12 anos de estudo ou mais.

Entre as viúvas que estavam trabalhando, encontramos o grupo com menor escolaridade. Ao olhar a queda acentuada das viúvas que estavam trabalhando, com níveis mais baixos de escolaridade (até 4 anos de estudo) entre 1996 e 2006, duas hipóteses poderiam ser aqui colocadas: ou as viúvas aumentaram sua escolaridade ou o mercado está tão seletivo quanto à qualificação da mão-de-obra que as viúvas com baixa escolaridade não tiveram muitas oportunidades de trabalho. Isso pode ser válido para as demais situações conjugais, pois é notável a redução percentual de mulheres de baixa escolaridade trabalhando. Neste sentido, estas informações indicam que o mercado tem se tornado bastante seletivo quanto à qualificação. Se olharmos a distribuição de escolaridade de 1996 e compararmos à de 2006, notaremos que na primeira, o mercado parece comportar a mão-de-obra feminina em uma gama maior de escolaridades; no entanto, em 2006 fica claro que concentram-se as oportunidades para as mulheres com escolaridade mais elevada, predominando as com cinco a doze anos ou mais de estudo.

Entre as mulheres em união, foram as casadas as que apresentaram maior escolaridade (35% com 9 anos de estudo ou mais em 1996 e 58% em 2006). As casadas com instrução além do 2º grau passam de 11,3% em 1996 para 20,7% em 2006, ou seja, quase duplicou em termos percentuais.



Por outro lado, as unidas consensualmente, mesmo apresentando menos escolaridade que as casadas, obtêm um aumento de escolaridade importante de ser evidenciado. Em 1996, 20% tinham mais de 8 anos de estudo e 5,1% educação além do 2º grau. Já em 2006 essas porcentagens foram para 43,4% e 10,8% respectivamente. O fato que mais chama a atenção é a grande qualificação das trabalhadoras divorciadas, somente superada pelas solteiras, e o grande aumento dessa escolaridade ao longo da década. Em 1996, quase 40% das divorciadas que estavam trabalhando tinham completado o 1º grau e 15% tinham alguma instrução além do 2º grau. Em 2006, essas porcentagens saltam para 71% e 40% respectivamente, reduzindo inclusive sua diferença com as solteiras para quase a metade da diferença existente entre elas em 1996⁴.

Tabela 2- Anos de estudo das mulheres que estavam trabalhando por Situação Conjugal. Brasil, 1996 e 2006.

Situação Conjugal	1996 - Anos de Estudo da Mulher que trabalha						Total
	Nenhum	1-3	4	5-8	9-11	12 ou mais	
Casada	5,0	17,1	17,3	26,1	23,2	11,3	100,0
União Consensual	10,3	21,4	17,1	31,2	14,9	5,1	100,0
Divorciada	0,0	4,7	22,7	33,3	24,5	14,7	100,0
Separada/Desquitada	6,5	17,4	15,3	32,7	20,7	7,4	100,0
Viúva	11,1	19,6	21,8	25,5	16,9	5,0	100,0
Solteira	1,2	9,4	9,2	31,9	37,0	11,3	100,0
Total	4,6	15,2	14,9	29,0	26,0	10,2	100,0

Situação Conjugal	2006 - Anos de Estudo da Mulher que trabalha						Total
	Nenhum	1-3	4	5-8	9-11	12 ou mais	
Casada	1,4	7,0	10,0	23,6	37,2	20,7	100,0
União Consensual	3,6	11,6	9,3	32,0	32,6	10,8	100,0
Divorciada	0,6	2,5	4,7	21,3	31,1	39,8	100,0
Separada/Desquitada	2,5	8,8	9,3	35,2	31,3	12,9	100,0
Viúva	3,0	13,3	13,7	40,8	25,2	4,0	100,0
Solteira	0,5	2,2	2,3	18,5	48,7	27,7	100,0
Total	1,9	7,2	8,0	25,8	37,8	19,3	100,0

Fonte: PNDS 1996 e 2006. Elaborado a partir dos microdados.

De forma geral, notamos que as características reveladas pelos dados sobre trabalho e situação conjugal das PNDS de 1996 e 2006, apontam aspectos frisados de certo modo pela literatura e nos trás, além disso, novas informações que não teriam como ser exploradas em outras bases de dados. Uma das características já identificada na literatura é o aumento da exigência de qualificação para a mão-de-obra feminina, sendo que observamos que essa exigência se deu em

⁴ Em 1996, 48,3% das mulheres solteiras que estavam trabalhando tinham mais de 8 anos de estudo, e no caso das divorciadas, 39,2%, ou seja, havia uma diferença de 9,1 p.p. entre esses grupos. Já em 2006, 76,4% das solteiras que estavam trabalhando tinham mais de 8 anos de estudo, e no caso das divorciadas, 70,9%; ou seja, uma diferença de apenas 5,4 p.p., mostrando uma redução de 3,7 p.p. no período. Essa redução entre grupos não se observa, por exemplo, entre as unidas, que apesar de terem uma melhora no nível de instrução tanto das casadas como das unidas consensualmente entre 1996 e 2006, a diferença entre esses dois grupos para as mulheres com mais de 8 anos de estudo permanece constante ao longo do tempo e é da ordem de 14 p.p.



todas as situações conjugais. Nos surpreendeu o grande aumento na escolaridade das divorciadas nesse período, principalmente nas faixas de 12 anos ou mais de estudo. Outra informação que nos chamou a atenção foi o grande percentual de divorciadas inseridas no mercado de trabalho.

Quem decide o que fazer com o dinheiro que ela ganha

Após analisarmos algumas características das mulheres que estavam efetivamente trabalhando, assim como daquelas que já haviam trabalhado alguma vez, vamos explorar agora um aspecto que está bastante relacionado ao empoderamento da mulher e à questão de gênero.

Nesse sentido, vamos analisar as diversas situações que estariam relacionadas à questão sobre quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha. Delimitamos esta questão entre as mulheres casadas e em união consensual que estavam efetivamente trabalhando na época da pesquisa da PNDS, pois entre elas é que podemos verificar as situações em que as relações de poder entre os gêneros se definem e se estabelecem. Consideramos somente as mulheres que estavam efetivamente trabalhando por ser possível fazer a comparação entre os anos de 1996 e 2006. Com as mulheres que já trabalharam alguma vez não seria possível fazer essa comparação, dado que não sabemos exatamente quando elas deixaram de trabalhar e qual era sua situação conjugal na época.

Desse modo, como podemos observar na Tabela 3, temos a questão sobre quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha pelas situações conjugais de casada ou em união consensual. Notamos que entre as casadas parece haver menor empoderamento da mulher quando comparadas às unidas consensualmente, já que a decisão sobre o que fazer com o próprio dinheiro entre as mulheres em união consensual é maior (72,5% em 1996 e 74,5% em 2006, *versus* 60% e 66%, respectivamente, para as mulheres casadas). No entanto as casadas, no período de 1996 a 2006, aumentaram um pouco mais seu poder de decisão do que as que estavam em união consensual. Mesmo assim, a decisão do companheiro sobre o que fazer com o dinheiro que a cônjuge ganha caiu mais entre as unidas consensualmente (de 6,9% em 1996 para 4,8% em 2006), do que entre as casadas (de 7,3% em 1996 para 6,0% em 2006) o que pode indicar que entre as mulheres em uniões não-formais os resquícios do modelo patriarcal de família são menores do que entre as casadas e a igualdade de gênero mostra-se maior.



Tabela 3 – Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha por Situação Conjugal. Brasil, 1996 e 2006.

Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha	Situação conjugal - 1996		Total
	Casada	União Consensual	
Entrevistada decide	59,8	72,5	62,3
Companheiro decide	7,3	6,9	7,2
Em conjunto	32,6	20,2	30,2
Outros	0,2	0,4	0,3
Total	100,0	100,0	100,0

Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha	Situação conjugal - 2006		Total
	Casada	União Consensual	
Entrevistada decide	65,8	74,5	69,2
Companheiro decide	6,0	4,8	5,5
Em conjunto	27,9	20,4	24,9
Outros	0,4	0,3	0,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNDS 1996 e 2006. Elaborado a partir dos microdados.

Na Tabela 4 observamos quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha por anos de estudo da mulher em união (casada ou em união consensual). De 1996 para 2006 as mulheres em todos os níveis educacionais ganharam mais autonomia sobre o que fazer com o próprio dinheiro. Em 1996, 62,3% de todas mulheres decidiam, por si mesmas, o que fazer com o seu próprio dinheiro, 30,2% decidiam em conjunto e em 7,2% dos casos quem decidia era o companheiro. Esse quadro sofre uma alteração, aumentando o peso da decisão das próprias mulheres para 69,2% em 2006 em detrimento da decisão em conjunto do casal (25%) e da decisão exclusiva do companheiro sobre o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha (5,6%). Em relação às mulheres mais escolarizadas, notamos que de 1996 para 2006 os companheiros passaram a decidir menos sobre o que fazer com o dinheiro da mulher, relativamente às mulheres com menor nível de instrução. Em geral o aumento da autonomia da entrevistada sobre o próprio dinheiro que ganha deveu-se mais a uma diminuição da decisão em conjunto do que a diminuição da decisão do seu companheiro sobre o que fazer com o dinheiro que ela ganha, indicando, ao que parece, que a postura masculina e a relação de poder estabelecida mudou pouco neste período. A mudança, desse modo, pode ter ocorrido mais entre as mulheres, parecendo que o ganho de autonomia sobre o que fazer com o próprio dinheiro ocorreu mais pela escolha delas em deixar de decidir em conjunto do que uma mudança na atitude dos homens em deixarem suas companheiras decidirem por conta própria.



Tabela 4 – Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha por Anos de Estudo das mulheres Casadas ou em União Consensual. Brasil, 1996 e 2006.

Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha	Anos de Estudo - 1996						Total
	Nenhum	1-3	4	5-8	9-11	12 ou mais	
Entrevistada decide	64,7	61,0	59,7	65,2	62,3	59,4	62,3
Companheiro decide	7,4	9,2	7,3	5,8	7,6	7,2	7,2
Em conjunto	27,6	29,3	32,6	28,8	30,1	33,4	30,2
Outros	0,3	0,6	0,5	0,3	0,1	0,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha	Anos de Estudo - 2006						Total
	Nenhum	1-3	4	5-8	9-11	12 ou mais	
Entrevistada decide	66,8	71,7	68,2	72,4	68,2	65,5	69,2
Companheiro decide	7,8	9,5	4,4	4,8	5,2	5,7	5,6
Em conjunto	25,4	18,7	26,6	22,0	26,3	28,7	24,9
Outros	0,0	0,0	0,8	0,7	0,2	0,1	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNDS 1996 e 2006. Elaborado a partir dos microdados.

Em relação ao número de uniões, notamos na Tabela 5 que tanto as mulheres que estavam na sua primeira união, como as que já estavam em uma união posterior, ganharam maior autonomia sobre o que fazer com o dinheiro ao longo do período 1996 - 2006. Entretanto, as mulheres com mais de uma união mostram uma maior autonomia. Isso ocorre principalmente porque as mulheres em recasamentos ou novas uniões decidem menos o que fazer com o dinheiro em conjunto, quando comparadas às mulheres em primeira união. Foi principalmente entre as mulheres com mais de uma união que a autonomia aumentou de forma mais intensa no período, passando de 67,9% em 1996 para 77,5% em 2006 a porcentagem de mulheres que decidiam sozinhas o fazer com o dinheiro que ganhavam.



Tabela 5 – Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha pelo número de uniões entre mulheres Casadas ou em União Consensual. Brasil, 1996 e 2006.

Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha	Número de Uniões - 1996		Total
	Uma	Mais de uma	
Entrevistada decide	61,5	67,9	62,3
Companheiro decide	7,1	8,0	7,2
Em conjunto	31,1	23,8	30,1
Outros	0,3	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0

Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha	Número de Uniões - 2006		Total
	Uma	Mais de uma	
Entrevistada decide	67,3	77,5	69,2
Companheiro decide	5,7	5,0	5,5
Em conjunto	26,7	17,5	25,0
Outros	0,3	0,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNDS 1996 e 2006. Elaborado a partir dos microdados.

Na Tabela 6 temos a relação entre quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha e as faixas de idade das mulheres. Entre 1996 e 2006, as mulheres que ganharam maior autonomia em relação ao seu próprio dinheiro situavam-se na faixa etária de 25 a 34 anos. Essas mulheres aumentaram seu poder de decisão em mais de 10 p.p.⁵ As mulheres mais jovens tiveram uma mudança pequena em relação a quem decide sobre o dinheiro que ganham no período. O mesmo aconteceu com o grupo das mulheres mais velhas. Esses menores ganhos de autonomia entre as mais jovens e entre as mais velhas podem ter características peculiares que os expliquem. Para as jovens, a provável diferença de idade em relação aos seus companheiros e a inexperiência com o relacionamento, possivelmente seja um dos fatores que favoreçam aos homens exercerem maior poder de decisão do que elas. Entre as mais velhas pode ser provável que a causa esteja na característica da coorte dessas mulheres, que experimentaram a união numa época em que os valores relativos aos papéis de homens e mulheres eram de tipo mais patriarcal, portanto, torna-se mais difícil um maior empoderamento por parte delas.

⁵ Das mulheres casadas ou unidas que trabalhavam em 1996 e tinham 25 a 29 anos, 60% decidia sobre o que fazer com o dinheiro que ganhava. Dez anos depois, no grupo de mulheres com as mesmas características anteriores, 73% decide o que fazer com o dinheiro que ganha. Situação análoga se observa no grupo com 30 a 34 anos.



Tabela 6 – Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha por Faixas de Idade das mulheres Casadas ou em União Consensual. Brasil, 1996 e 2006.

Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha	Faixas de Idade da mulher - 1996							Total
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	
Entrevistada decide	60,6	63,3	60,0	55,3	63,9	65,9	69,4	62,3
Companheiro decide	8,6	6,9	9,7	7,5	6,2	5,3	8,0	7,2
Em conjunto	30,9	29,5	29,7	37,2	29,7	28,5	21,9	30,2
Outros	0,0	0,4	0,6	0,0	0,1	0,3	0,7	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha	Faixas de Idade da Mulher - 2006							Total
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	
Entrevistada decide	63,0	63,6	73,0	66,7	69,9	70,4	71,2	69,2
Companheiro decide	3,4	6,4	6,2	5,3	3,4	6,4	6,4	5,5
Em conjunto	33,4	28,8	20,8	27,8	26,6	22,8	21,8	24,9
Outros	0,3	1,1	0,0	0,1	0,1	0,4	0,6	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNDS 1996 e 2006. Elaborado a partir dos microdados.

Quanto à decisão sobre o uso do dinheiro que a mulher ganha por posição no domicílio, podemos observar na Tabela 7 que há uma grande diferença de empoderamento entre as mulheres que estavam em união e declararam-se chefes em relação às mulheres cônjuges. Quando as mulheres se declaram chefes, elas decidem em mais de 85% dos casos, chegando a quase 95% em 2006. As decisões em conjunto variam de 10% em 1996 a menos de 5% em 2006. Logo, os companheiros decidem muito menos, chegando a 0,2% em 2006. Por outro lado, o grande aumento no poder de decisão sobre o que fazer com o próprio dinheiro entre as mulheres chefes não se observa com a mesma intensidade entre as cônjuges, no mesmo período. Estas aumentaram seu poder de decisão de 62,1% em 1996 para 68,5% em 2006. Nesse caso, a decisão conjunta das cônjuges sobre o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha varia de 30,4% em 1996 para 25,5% em 2006. De maneira geral, podemos dizer que a posição no domicílio tem uma grande influência na liberdade de decisão das mulheres sobre o que fazer com o próprio dinheiro, sendo que entre as chefes, o cônjuge praticamente não tem nenhum poder de interferência sobre a decisão da mulher com relação ao uso do dinheiro que ela ganha.



Tabela 7 – Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha por Posição no Domicílio das mulheres Casadas ou em União Consensual. Brasil, 1996 e 2006.

Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha	Posição no domicílio - 1996		Total
	Chefe	Cônjuge	
Entrevistada decide	85,3	62,1	63,0
Companheiro decide	3,6	7,2	7,1
Em conjunto	10,1	30,4	29,6
Outros	1,0	0,2	0,3
Total	100,0	100,0	100,0
Quem decide o que fazer com o dinheiro que a mulher ganha	Posição no domicílio - 2006		Total
	Chefe	Cônjuge	
Entrevistada decide	94,7	68,5	70,8
Companheiro decide	0,2	5,3	4,9
Em conjunto	4,9	25,5	23,7
Outros	0,3	0,6	0,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNDS 1996 e 2006. Elaborado a partir dos microdados.

Considerações finais

Em geral, notamos que de 1996 a 2006 as mulheres tem ganhado maior autonomia sobre o que fazer com o próprio dinheiro, revelando que a influência dos homens em relação a essa questão tem diminuído nesse período. Uma característica que observamos ser comum, em quase todas as situações acima analisadas, é que o ganho de autonomia das mulheres tem se dado mais pela diminuição das decisões sobre o que fazer com o dinheiro em conjunto do que por uma queda na influência dos homens nessa questão. Com isso, esse ganho de autonomia parece ter se dado muito mais por uma nova postura assumida pela mulher do que por uma diferença de postura assumida pelos homens.

O maior empoderamento da mulher em relação ao próprio dinheiro poderia aumentar o poder de barganha dentro da relação, gerando maior equilíbrio e igualdade entre os gêneros no que concerne à disputa de poder e autoridade dentro do relacionamento. Ademais, podemos destacar a liberdade, cada vez maior, das mulheres escolherem o estilo de vida de sua preferência, com muitas optando por dedicar mais tempo às atividades profissionais (HAKIM, 2003). Nesse sentido, teríamos uma influência cada vez menor dos resquícios do modelo de família patriarcal, dada pela maior liberdade e poder de decisão das mulheres no âmbito do trabalho. No entanto, como temos observado, as mudanças de postura entre os homens em diversas esferas tem mudado pouco e de forma lenta, principalmente no âmbito doméstico.

Bibliografia

BECKER G.S. *A Treatise on the Family*. Harvard University Press, Cambridge.1981.



- BRUM, M. *O aumento das mulheres no mercado de trabalho e a tendência do divórcio no Brasil – 1992-2007*. 2009. 125f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social) - . ENCE/IBGE, Rio de Janeiro, 2009.
- BRUSCHINI, C. *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos*. Seminário Internacional Gênero e Trabalho, São Paulo, 2007.
- FREIRE, F.H. *et al.* Dinâmica da Nupcialidade: Casamento, Divórcio, Viuvez e Re-casamento no Nordeste. In: *I Encontro sobre Famílias e Políticas Públicas no Brasil, 2005*, Belo Horizonte. Anais do I Encontro sobre Famílias e Políticas Públicas no Brasil. Belo Horizonte : ABEP, 2005.
- HAKIM, C. *A new approach to explaining fertility patterns: Preference theory*. Population and Development Review, n. 29, p. 349–374. 2003.
- HERTRICH, V. LOCOH, T. Relações de gênero, formação e dissolução das uniões nos países em desenvolvimento. In: PINELLI, A. *Gênero nos estudos de população*. Campinas: ABEP, p.99-162. 2004.
- LAZO, A. *Nupcialidade nas PNADs-90: um tema em extinção?* Texto para Discussão n. 889, IPEA. 2002.
- LOMBARDI, M; BRUSCHINI, C. *Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas*. Mulher e Trabalho (Porto Alegre), Porto Alegre, RS, v. 1, p. 95-106. 2001.
- MONTALI, L. Trabalho e família sob a reestruturação produtiva. In: *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. Caxambú: ABEP, 1998.
- PINNELLI, A. Gênero e família nos países desenvolvidos. In: PINELLI, A. *Gênero nos estudos de população*. Campinas: ABEP, p.55-98. 2004.
- RIOS-NETO, E.; WAJNMAN, S. . Quantas serão as mulheres: Cenários para a atividade feminina. In: Maria Isabel Baltar da Rocha. (Org.). *Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios*. São Paulo: Editora Trinta e Quatro, p. 59-84. 2000.
- SOARES, S.; IZAKI, R. J. *A participação feminina no mercado de trabalho*. IPEA, Texto para Discussão, Rio de Janeiro, n. 923, dez. 2002
- THERBORN, G. *Sexo e Poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.
- TRONCOSO, L. *Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002*. Nova Economia Belo Horizonte, vol. 14, n.2, p. 35-58. 2004.
- WAJNMAN, S. Esposas como principais provedoras de renda familiar. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 24, n. 1, p. 19-35, 2007.